

**DISPUTAS TERRITORIAIS E O PODER RELIGIOSO:  
CONTROVÉRSIAS SOBRE AS TERRAS DA IGREJA EM BAURU NAS  
PÁGINAS DO JORNAL O BAÚRU**

Maria Clara Alves de Quadros<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar o discurso do periódico *O Baurú* sobre a demolição e reconstrução da Capela do Espírito Santo e a relação entre as doações de terras à Igreja e o processo de urbanização de Bauru. As cidades, incluindo Bauru, se formaram a partir da doação de terras à Igreja, que estabelecia paróquias para orientar a criação dos povoados. Para realizar esta pesquisa, foram consultadas, investigadas e avaliadas as páginas do periódico *O Baurú*, do período de 1911 a 1916, abrangendo desde a demolição da capela do Divino Espírito Santo até a sua reconstrução. A investigação acerca da influência da Igreja no controle das terras urbanas foi feita por meio de uma abordagem qualitativa do discurso do jornal e de discussão historiográfica sobre o tema. Busca-se lançar luz sobre a complexa relação entre a Igreja e o processo de urbanização de Bauru, destacando como esses fatores moldaram o desenvolvimento da cidade e os desafios enfrentados pela população no acesso à terra. A análise permitiu observar o empenho do jornal, não apenas em relação à retirada da Capela do Espírito Santo, mas também em sua postura crítica frente à Igreja Católica.

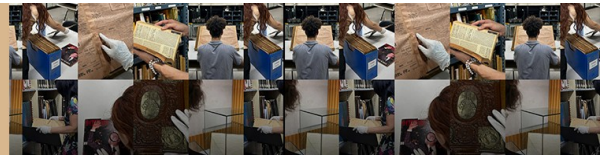
**Palavras-Chave:** *O Baurú*; Igreja; Terras; Capela; Fábrica.

**ABSTRACT**

The aim of this article is to analyse the discourse in the newspaper *O Baurú* on the demolition and rebuilding of the Chapel of the Holy Spirit in Bauru and the relationship between land donations to the Church and the process of urbanization in the interior of São Paulo. The cities, including Bauru, were formed from the donation of land to the Church, which established parishes to guide the creation of settlements. To carry out this research, we consulted, investigated and evaluated the pages of the periodical *O Baurú*, from 1911 to 1916, covering the period from the demolition of the Divino Espírito Santo chapel to its reconstruction. The

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pelo Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO). Artigo realizado para as disciplinas de Metodologia da Pesquisa em História e História Contemporânea, sob a orientação dos Profs. Drs Lourdes M. G. C. Feitosa e Roger M. M. Gomes.



investigation into the Church's influence on the control of urban land was carried out using a qualitative approach to the newspaper's discourse and historiographical discussion on the subject. The aim is to shed light on the complex relationship between the Church and Bauru's urbanization process, highlighting how these factors shaped the city's development and the challenges faced by the population in accessing land. The analysis made it possible to observe the newspaper's commitment, not only in relation to the removal of the Chapel of the Holy Spirit, but also in its critical stance towards the Catholic Church.

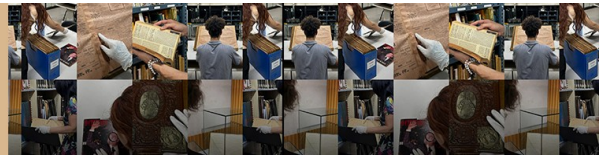
**Keywords:** *O Baurú*; Church; Chapel; Factory; Land.

### INTRODUÇÃO

As cidades do interior paulista tiveram sua formação a partir da doação de terras à Igreja e ao Divino Espírito Santo pelos posseiros da região, que fundavam uma paróquia para estabelecer princípios e diretrizes religiosas na formação do povoado (Bastos, 1996, p. 46).

As primeiras doações de terras para a Igreja, comuns nas cidades do interior paulista (Monteiro, 1963 *apud* Ghirardello, 2001, p. 126), desempenharam um papel fundamental na formação dos núcleos urbanos. Em Bauru, a doação de terras por Antônio Teixeira do Espírito Santo ao Divino Espírito Santo, em 1884, marcou o início do processo de urbanização, com várias pequenas parcelas sendo cedidas para estimular o crescimento da cidade. No entanto, o sistema de enfiteuse, em que o direito de uso das terras era concedido em troca do pagamento de um foro anual à Igreja, acabou gerando atritos com a população local.

O desenvolvimento urbano de Bauru começou a crescer principalmente com a vinda das três estradas de ferro: Sorocabana, Noroeste e Paulista; a partir disso, os lotes de terras passaram a ser disputados. As ferrovias trouxeram desenvolvimento, atraíram mais pessoas e negócios, o que resultou numa maior valorização das terras (Ghirardello, 2001, p. 129). Como essas terras estavam sob aforamento, os habitantes tinham que pagar o foro anual à Igreja, o que gerava certa



tensão, já que os valores das terras subiam, mas o sistema de aforamento mantinha as obrigações financeiras com a Igreja (Ghirardello, 2001, p. 127).

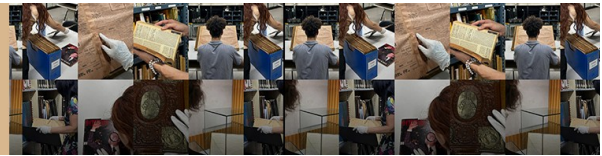
Outro fator de tensão foi a questão da Capela. Em 1894, foi concluída a construção da paróquia do Espírito Santo, que acabou por impedir a realização do projeto de um jardim público planejado pelo prefeito Manuel Bento da Cruz. A capela bloqueava a extensão da Rua Batista de Carvalho até a Rua Araújo Leite, frustrando o desenvolvimento urbanístico previsto para a área.

A reação da população Bauruense e da imprensa foi marcante nesse contexto, o que levou à destruição da capela nos anos seguintes. Durante a “madrugada de 13 de agosto de 1913, funcionários da prefeitura, escoltados por policiais, retiraram os objetos sagrados e colocaram a igreja abaixo” (Carra, *apud* Bastos, 1996, p. 69).

Neste artigo, busca-se avaliar o periódico *O Baurú*, considerado o mais importante da cidade no início do século XX, como descrito em uma de suas edições: “O BAURÚ é o jornal semanal de maior circulação [...]” (*O Baurú*, 1911, p. 2). Enquanto agente de comunicação influente, o jornal desempenhava o papel de mediador nas discussões sociais e políticas, podendo ser entendido como um “quarto poder” (Traquina, 2005, *apud* Losnak, 2011, p. 1), devido à sua capacidade de moldar a opinião pública e influenciar decisões.

A escolha de *O Baurú* para esta análise é particularmente relevante uma vez que Almerindo Cardarelli, seu proprietário durante o período analisado, se posicionou ativamente nas tensões com a Igreja. Em uma série de artigos intitulada “A Questão da Fábrica,” Cardarelli apresentou sua visão sobre os acontecimentos dessa controvérsia, evidenciando o papel da imprensa na sociedade da época (Bastos, 1996, p. 54).

O recorte temporal de 1911 a 1916 foi escolhido justamente por abranger as discussões que resultaram na oficialização da demolição e reconstrução da capela. Contudo, é importante destacar que o ano de 1914 não está disponível no acervo do Núcleo de Pesquisa e História



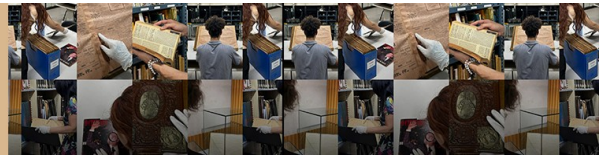
(Nuphis) do Centro Universitário Sagrado Coração (Unisagrado), o que limita a análise direta desse período específico.

Como destaca Losnak (2011), os jornais não apenas informam, mas também influenciam a opinião pública e, conseqüentemente, decisões sociais e políticas. Ele afirma que há um consenso de que a produção e circulação dos periódicos estão voltadas para uma dinâmica importante da sociedade contemporânea: a cidade. Assim, a História da Imprensa e do Jornalismo deve abordar a íntima interação entre os jornais e a vida urbana (Losnak, 2011, p. 1).

Portanto, ao avaliar o discurso veiculado por *O Baurú* no início do século XX, busca-se compreender como o jornal construiu e divulgou uma narrativa crítica sobre as disputas e interesses relacionados às terras no interior paulista, com ênfase nas tensões entre a sociedade bauruense e a Igreja. O objetivo é entender de que maneira o jornal influenciou e refletiu os interesses de controle e administração das terras urbanas, destacando a interação entre o periódico e o desenvolvimento da cidade.

Esta investigação justifica-se pela relevância do impacto que essas disputas fundiárias exerceram sobre a organização territorial de Bauru, além de destacar o papel dominante da Igreja no processo de urbanização dos municípios em formação. Como evidencia Bastos (1996, p.66), “foram essa capela e a área foreira tutelada pela enfiteuse, que provocaram litígios tanto no campo jurídico como no da política; e também atos de violência em pessoas [...]”. Além disso, o estudo busca trazer uma reconstituição crítica das tensões enfrentadas pela população bauruense, que, em muitos casos, perdeu o direito às suas terras ou foi impossibilitada de adquiri-las, situação que evidencia os desafios enfrentados no acesso à propriedade durante esse período.

### A QUESTÃO DA ÁREA FOREIRA



Para entender como ocorreu a ocupação e o povoamento da cidade de Bauru, é necessário retornar à política do governo colonial. Diante da incapacidade das capitanias hereditárias de administrar todo o território a elas designado, foi adotada a política das sesmarias. Nos séculos XVII e XVIII, o governo português instituiu o Contrato Foral, com o objetivo de regular a administração, o povoamento e a exploração das terras. Esse processo foi um passo importante para a consolidação do sistema de propriedade privada no Brasil, pois buscava garantir a posse efetiva das terras (Bastos, 1996, p. 45.)

A cidade de Bauru, então conhecida como a Boca do Sertão, atraiu pessoas em busca de grandes porções de terras para negociar ou ocupar; a decadência do ouro foi um dos maiores incentivos para essa migração. Para regularizar e impedir a ocupação de terras por outras pessoas, mantendo assim a concentração nas mãos dos ricos proprietários, entrou em vigor a Lei de Terras de 1850. Essa lei marcou o fim de uma era em que apropriações de terras, embora ilegítimas, se tornaram efetivas. Ao mesmo tempo, a legislação buscou prevenir que atos semelhantes ocorressem no futuro. Para isso, estabeleceu que todos aqueles que possuíam terrenos devolutos até aquela data deveriam declará-los formalmente por escrito. Como determinado no artigo 3º da lei N. 601, de 18 de setembro de 1850:

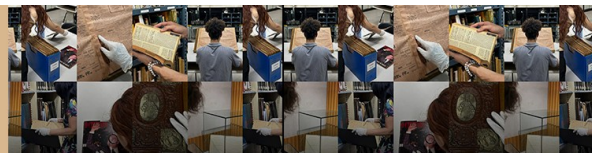
Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.



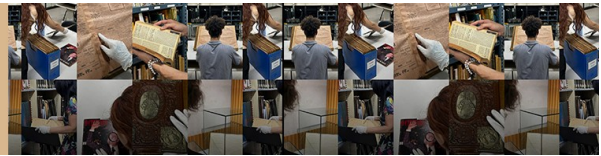
No entanto, segundo o historiador Edson Fernandes (2018, p. 20), a lei serviu como um incentivo para a grilagem, o que foi responsável pela ocupação de terras na região de Bauru: “se o interessado conseguisse comprovar que já estava ocupando o local antes de 1850, ou que havia comprado a terra de alguém que estava lá antes de 1850, ele garantiria a posse desejada”.

É difícil falar com exatidão sobre quem foram os primeiros a se apossar de terras em Bauru. No entanto, um nome frequentemente mencionado pelos historiadores locais é Felicíssimo Antônio de Souza Pereira. As posses de Felicíssimo foram registradas em 1856; a partir desse momento, começou a surgir um aglomerado de fazendas e logo depois um povoado.

Como mencionado na introdução, todo povoado necessitava de uma paróquia para se desenvolver ao seu redor. A primeira doação de terra à igreja católica registrada foi em 15 de novembro de 1894, feita por Antônio Teixeira, e uma segunda ocorreu em 1893, realizada por Veríssimo Antônio Pereira e Maria Antônia de Jesus. Em busca de conseguir seu reconhecimento como distrito, a segunda doação foi importante para ampliar o domínio das terras da igreja.

As obras da capela foram oficialmente concluídas em 1894 e constituiu um ponto focal de atividades sociais e religiosas, influenciando o processo de urbanização local. A localização da capela estaria alinhada aos preceitos da Igreja, ou seja, situada em um ponto elevado da área doada para a formação do Patrimônio. Essa posição é significativa, pois a primeira capela e seus arredores são considerados o espaço litúrgico e o berço da cidade. Assim, a construção de novas residências nas imediações da capela refletiu uma tendência comum nessas áreas. Bauru, então, eleva seu título à vila.

De acordo com Nilson Ghirardello, essas doações eram muito comuns por serem uma maneira de garantir a presença do Estado em lugares tão afastados. Até a Proclamação da República, a Igreja Católica não apenas atuava como uma entidade religiosa, mas também como

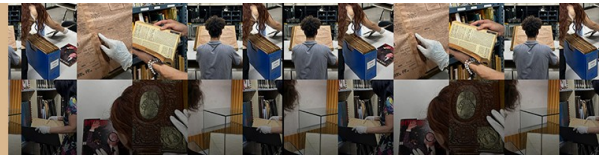


um agente do Estado, desempenhando funções administrativas e sociais que eram cruciais para a estrutura da sociedade brasileira da época (Ghirardello, 2001, p. 126).

Para tornar essa área produtiva, não apenas para sustentar os párocos locais, mas também para permitir que outros pudessem usufruir das terras, foi realizada a captação de recursos financeiros por meio da enfiteuse e dos laudêmios. Como já explicado, a enfiteuse, ou empraçamento, "atribui a outrem o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa que o adquire (...), uma pensão ou foro anual, certo e invariável." (Bastos, 1996, p. 47). Ou seja, a transação não era considerada uma "venda", pois o enfiteuta não era o proprietário pleno do imóvel e precisa pagar para poder usá-lo. Além disso, o enfiteuta pode transferir este imóvel para outra pessoa, momento em que é cobrado o laudêmio de 2,5% sobre o valor da transação. Este, portanto, é uma taxa que o enfiteuta deve pagar ao senhorio direto (Igreja) quando ocorre a venda ou transferência do imóvel. Corresponde a um percentual sobre o valor da transação e serve como compensação ao senhorio pela transferência dos direitos.

Com o objetivo de separar as atividades espirituais das temporais, foi instituída a Fábrica para cuidar da administração das posses e da arrecadação do foro. A Igreja e o Estado trabalhavam juntos, com a Igreja sendo o braço direito do Estado. No entanto, com a proclamação da República, em 1889, começou a se dissociar a relação entre Igreja e Estado. O administrador da Fábrica, que antes era escolhido pelos juízes de Direito, passou a ser designado pelos bispos após essa separação. A Fábrica era formada por membros da Igreja e por leigos (pessoas que não fazem parte do clero), que eram indicados então pelo bispo local. Algo que não mudou com a constituição republicana foram os contratos de enfiteuse já existentes. Somente o Código Civil de 1916 modificou os vínculos da enfiteuse, praticamente extinguindo essa forma de gozo imobiliário, porém sem alterar de modo significativo as enfiteuses antigas.

Vale ressaltar que o valor do enfiteuse era invariável, ou seja, não podia ser alterado, o que acabou se tornando um empecilho para a Igreja, já que, com o desenvolvimento econômico,

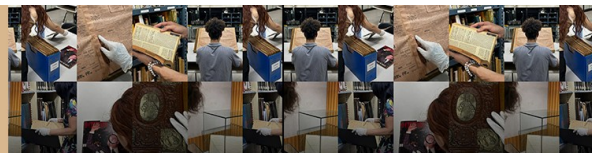


a tendência era o aumento dos preços. Mesmo com as novas políticas republicanas, a ênfase não foi extinta. Como solução, a Igreja passou a cobrar um valor adicional para o uso do terreno, prática que ficou conhecida como "jóia" (Ghirardello, 2001, p. 129).

À medida que a comunidade bauruense crescia em número de habitantes e organização política e econômica, algumas delas alcançavam a plena autonomia ao serem elevadas à condição de município. Esse processo culminou na obtenção da autonomia administrativa, permitindo que os municípios gerissem seus próprios assuntos de forma independente. No ano de 1896, a câmara é transferida para Bauru, que finalmente recebe o título de município.

O final do século XIX e início do XX é o período em que Bauru passava por diversas transformações. O município encontrava-se em um franco processo de crescimento e urbanização. Escolhido como ponto de partida para a construção da Estrada de Ferro Noroeste em direção ao Mato Grosso, possibilitando o projeto de desenvolvimento econômico e o progresso da região das elites e do governo, como destacado por Alcides Silva (1957, p. 85): “O progresso de Bauru, após as ligações ferroviárias, tornou-se evidente. Vilarejo incipiente com pouco mais de seiscentas pessoas à época do surto ferro-carril do município, Bauru, em 1908, já possuía uma população superior a três mil habitantes”.

Uma das pessoas que mais lucraram com esse desenvolvimento e principalmente o deslocamento do sertão ao oeste e ao noroeste do estado é o Coronel Manoel Bento da Cruz, conhecido por ser um poderoso proprietário de terras e prefeito de Bauru no ano de 1913. De acordo com Fernandes e Domingues (2018, p. 42), Cruz aproveitou o deslocamento da ferrovia para explorar o parcelamento do solo e sua venda, além de lucrar com a derrubada e comercialização das ricas matas nativas da região. O autor destaca que Cruz não mediu esforços para garantir que seu plano fosse concretizado.



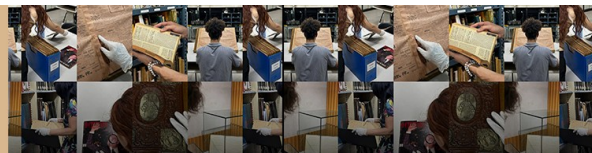
Como já mencionado, a capela estava situada em terras que, devido ao desenvolvimento da cidade, foram supervalorizadas e, de acordo com grande parte da população bauruense, impedia o progresso urbanístico. Por esse motivo, o prefeito Manoel Bento da Cruz,

“tinha pressa na construção de um jardim público na Praça Municipal. O areião nele existente já havia recebido até um apelido: o sahára... o padre Francisco Elias Vrtolo, que há mais de 10 anos vinha respondendo pela paróquia de Bauru foi bruscamente substituído pelo pe. Messias, por ordem expressa do bispo dom Lúcio, tudo porque ele estava concordando na construção de uma nova igreja fora da praça” (Pelegrina, 1990, p.55, *apud* Bastos, 1996, p. 68).

A pressa por parte da Câmara foi motivada pela divergência de interesses em relação às terras, especialmente com a supervalorização dos preços que, junto com as altas taxas associadas à enfiteuse, criaram um cenário de exclusão social, onde as classes menos favorecidas foram empurradas para as periferias. Como consequência, surgiram bairros operários, esses terrenos, além de estarem em áreas periféricas, tinham um valor consideravelmente mais baixo e não estavam sujeitos às complicações da enfiteuse.

A comissão de obras da Igreja já havia começado a construir a nova Matriz em 1909, em um terreno frontal e fora do largo, mas as discussões sobre o valor de indenização pelo terreno onde estava a capela interromperam o processo. Para pressionar a Câmara, a Igreja paralisou as obras e redirecionou os recursos para a construção da Casa Paroquial, gerando descontentamento entre os habitantes de Bauru (Ghirardello, 2020, p.57).

No ano de 1913, a Câmara Municipal ofereceu 15 contos de réis para levantar uma nova igreja, mas o bispo dom Lúcio Antunes de Souza se recusou a entregar a capela para a demolição e, assim, no dia 22 de julho de 1913, o espaço é declarado utilidade pública, “Na madrugada de 13 de agosto de 1913, funcionários da prefeitura, escoltados por policiais, retiraram os objetos sagrados e colocaram a igreja abaixo” (Carra, 1991, p.14-15, *apud* Bastos, 1996, p.69).



Com a demolição da capela, houve uma interdição canônica, ou seja, parte das celebrações e ritos realizados pelas igrejas em Bauru foram interrompidos. Jornais contrários à Igreja aproveitaram esse acontecimento para afirmar que Bauru havia sido excomungada, intensificando ainda mais as discussões sobre a situação. Nesse contexto, surgiu uma justificativa forte para que a Igreja buscasse, judicialmente, a restituição de todo o terreno que acreditava ter sido usurpado pela prefeitura. Assim, a demolição se tornou um ponto de apoio central para a reivindicação de direitos territoriais, marcando um conflito prolongado entre a Igreja e o poder público, semelhante a outras disputas fundiárias que ocorreram em diversas cidades do interior paulista no período, onde a transição da esfera religiosa para a laica provocou tensões significativas.

### ***O BAURÚ E O PAPEL DA IMPRENSA BAURUENSE***

É necessário destacar a importância da imprensa no contexto analisado. Sodré (1999) aponta que é nesse momento, início do século XX, que temos a consolidação da imprensa e o aumento das publicações. Em um contexto de tantas mudanças políticas, sociais e econômicas, a imprensa foi muito utilizada como forma de comunicação, acesso a informações pelos grupos hegemônicos da época, sendo vista então como a voz da verdade, orientando aquelas regiões em crescimento (Ribeiro, 2014).

A análise feita nesta pesquisa gira em torno do periódico *O Baurú*, alocado no Núcleo de Pesquisa e História do Centro Universitário Sagrado Coração. O jornal teve sua inauguração em 1906 e circulou até 1924 em Bauru. O periódico possuía uma estruturação simples, publicado semanalmente, com quatro páginas sobre notícias, poemas, notas, seção livre nas duas primeiras páginas e anúncios nas páginas restantes (Figura 1). Jornal de caráter republicano, ora apoiava, ora criticava o poder municipal e o diretório local (Losnak, 2013).

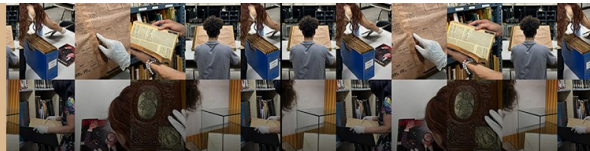
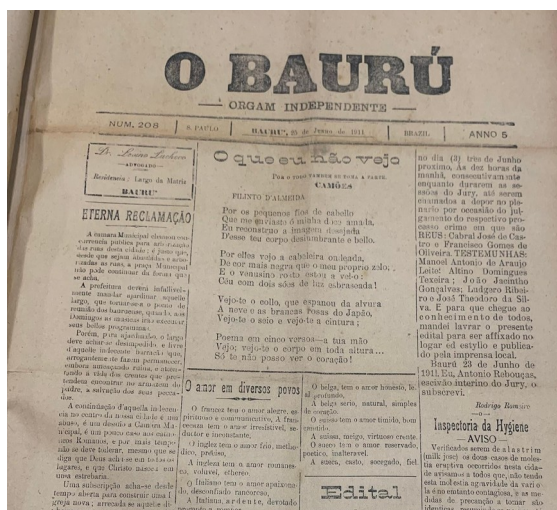
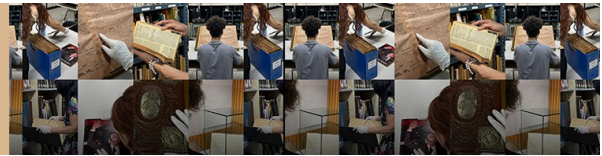


Figura 1



Fonte: Edição 208, 25/06/1911, p.1. Acervo do Núcleo de Pesquisa e História. Foto da autora.

Almerindo Cardereli, mesmo só tendo assumido a direção do jornal 3 anos após sua fundação, pertencia, assim como o antigo proprietário, ao Partido Republicano Paulista. Seu discurso como semanário independente busca representar a voz da população bauruense e sempre buscava falar em nome do progresso. Em um momento exaltando sua modernidade e, em outros, evidenciando o descaso do governo municipal com a cidade. O periódico, durante grande parte de sua existência, apresentou um discurso combativo e ambíguo. Durante os anos



analisados, o jornal se autodenomina de formas distintas: em 1911, como "semanário independente"; em 1912, como "órgão independente"; em 1913, como "órgão dos interesses do município"; e, em 1915, como "órgão dos interesses da comarca".

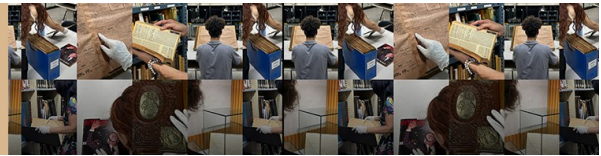
Ao analisar essa autodenominação, percebe-se que, desde o início, o periódico buscava manter uma imagem de neutralidade, sem se vincular diretamente a uma vertente política específica, apresentando-se como destinado à população bauruense. Procurava representar as vontades e opiniões da comunidade local. No entanto, é interessante destacar que, ao se definir como "órgão dos interesses da comarca", observa-se uma aproximação mais evidente com questões políticas. No entanto, ao longo da análise, foi possível perceber o posicionamento evidente do jornal, tanto em seu viés anticlerical quanto em suas aproximações com figuras políticas importantes de Bauru.

Losnak (2013, p. 6) destaca o viés anticlerical do jornal, evidenciado pela crítica ao contraste entre a aparente indiferença dos moradores e autoridades de Bauru diante de um drama específico, como a morte de um operário da Noroeste, e o esforço ativo para arrecadar dinheiro destinado à construção de uma casa paroquial.

### **A POSTURA ANTICLERICAL DE *O BAURÚ***

É possível observar, principalmente entre os anos de 1911 e 1913, a recorrente presença de artigos sobre a Igreja na primeira página do jornal. Só no ano de 1911 pode-se encontrar 8 edições que fazem alguma crítica à Igreja e ao Bispo diocesano. Dom Lúcio nasceu em Minas Gerais, no dia 13 de abril de 1863, e foi ordenado sacerdote em 31 de maio de 1890. Foi sagrado bispo em 15 de novembro de 1908.

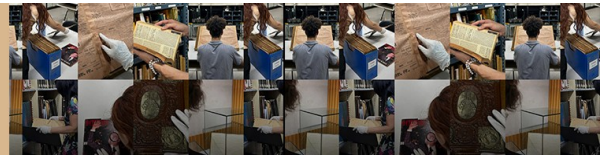
A posição do jornal em relação à Igreja já se faz presente na primeira edição de 1911, adotando principalmente uma postura contrária ao bispo diocesano de Botucatu, Dom Lúcio,



acusando-o de gastar recursos na propagação da fé enquanto muitos miseráveis passavam fome (*O Baurú*, 1911, p. 1). Em diversas edições, o bispo é acusado de agir contra a população bauruense, sendo questionado até os seus interesses financeiros por trás da religião, principalmente em relação à construção da nova matriz, à Fábrica e às terras da igreja.

É possível ver, então, como o jornal questiona o papel da Igreja no crescimento da cidade de Bauru, levantando dúvidas sobre suas alianças e a utilização de recursos públicos em benefício próprio. O periódico *O Baurú* possui diversos artigos assinados por pseudônimos, como Nero e Conde Negro. A maioria dos artigos, tanto sobre a questão da nova matriz quanto sobre críticas ao bispo e à Igreja, é escrita por esse pseudônimo, com algumas também sendo atribuídas ao Conde Negro. Seu discurso costuma possuir um tom sarcástico e combativo, defendendo o município de Bauru. Como pode-se observar nesta edição com o artigo denominado “Comedia Parochial”, onde destaca a recorrente troca de padre em Bauru e da indisposição do bispo em relação à paróquia de Bauru, pedindo para que pare de expor Bauru a essa situação e “acabar com essa comedia, e mandar o mais cedo possível demolir o barracão da praça municipal [...]”.

Na edição nº 305, Nero, na reportagem intitulada “Propaganda”, argumenta que a Igreja Católica de Bauru está desmoronando. Afirma que não são os “livres-pensadores” os responsáveis por essa imagem negativa da Igreja, mas sim a própria instituição e suas ações, que “a propaganda anti-catholica está sendo feita pelos proprios ministros da religião Catholica Romana” (*O Baurú*, 1913, p.1). Todo o discurso apresenta um tom mordaz, retratando a situação como uma peça teatral e expondo as fraquezas do clero com sarcasmo. As expressões exageradas, como “estragam um par de botinas” e “uma verdadeira comédia”, reforçam a intenção de ridicularizar os envolvidos. As ações questionáveis da Igreja continuam sendo destacadas em outras edições, como na nº 308 do mesmo ano, onde é relatado o desaparecimento do padre Pires, que teria levado consigo a quantia de 10:300\$000 pertencente



à Fábrica de Bauru.

Além disso, pode-se observar o tom sarcástico e irônico no artigo "Venda do Patrimônio", no qual o jornal menciona outro periódico, *A Cidade de Baurú*, que elogia a atitude de Dom Lúcio, considerando louvável a venda das datas aos foreiros e o valor destinado à construção da nova matriz. Ironicamente, o jornal finge concordar com a posição de seu colega na imprensa, mas logo em seguida discorda, afirmando que “construção da nova matriz foi contractada por 82:000\$000; não é cara, e Baurú merece mais do que isso”. O artigo segue descrevendo a venda de bens da Igreja, incluindo a construção da nova matriz e propriedades da fábrica, que geraram uma grande soma de dinheiro. A soma total arrecadada foi considerável, ultrapassando os “80 contos”. O texto então conclui que *O Baurú* não concordava com a opinião do outro jornal, argumentando que:

[...] sabe que para nós costumamos dizer todas as verdades, embora sendo prejudicial: o povo de Baurú dispensa e agradece o *interesse* de S. Excia.; S. Excia., herdeiro directo ou iudirecto do Divino Espirito Santo de Baurú deve saber que ja recebeu bastante desse povo, pelo aluguel das datas; portanto deveria contentar-se por 100 mil reis cada data e passar a escriptura, embora não apresente testamento feito pelo seu antepassado. (*O Baurú*, 1911, p. 1)

O texto reafirma que o "sacrifício" do bispo é visto como louvável, relacionado ao progresso moral e material da cidade, mas considera os preços praticados pelo bispo injustos, além de insinuar que a posse ou gestão das terras pela Igreja não era moral ou juridicamente incontestável.

As questões relacionadas à venda, demarcação e posse de terras são temas frequentemente abordados pelo jornal, refletindo a desorganização que permeava esse assunto na época. Essa recorrência pode ser observada em artigos com títulos como "Terras e Vendas" ou "Venda de Fazenda", além da seção "Editais", que traz processos ligados à demarcação de terras em regiões específicas. Outro exemplo é a menção ao "Agente Territorial" (*O Baurú*,



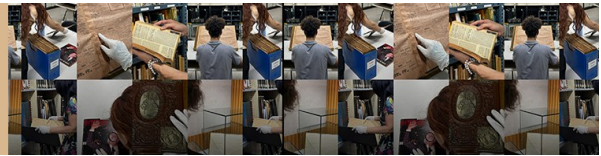
1913, p.1), figura responsável não apenas pela compra e venda de propriedades, mas também pela divisão de terras. Essas menções destacam como a questão fundiária era tratada de maneira caótica, evidenciando a complexidade e a falta de regulamentação no período.

Pode-se analisar as questões das terras pertencentes à Igreja em outras edições, nas quais o periódico apresenta um discurso abertamente crítico contra a instituição. Em diversas ocasiões, é mencionado que o bispo não demonstrava interesse na construção da nova matriz. Contudo, na edição nº 205, em um artigo assinado sob o pseudônimo "Conde Negro" e intitulado "Os Benefícios do Sr. Bispo", o bispo é criticado por construir mais duas casas que, aparentemente, não possuem nenhuma função pública relevante. O artigo também destaca a significativa quantidade de lotes que pagam foros à Igreja, evidenciando a relação econômica mantida pela instituição com a cidade. Esses foros eram valores consideráveis, o que aumentava o peso econômico da Igreja sobre a população local:

Nada de mal até aqui: o smr. D. Lucio pode ser senhorio como qualquer ateu. O mais importante é isto: Existem em Baurú 545 prédios, sendo 5 assobradados, 10 sobrados e 530 terreos; d'estes prédios não pagam imposto as Igrejas, as estações ferroviarias, os prédios da Camara, as sedes da Sociedade Italiana e da Loja Architectos e as 2 casas do sr. Bispo. (*O Baurú*, 1911, p.1)

O tom irônico ao colocar o bispo em pé de igualdade com um "ateu" pode ser interpretado como uma crítica à aparente incoerência entre os valores espirituais esperados de um líder religioso e suas ações, segundo a visão do jornal. Além disso, no final do mesmo artigo, o autor destaca que as novas leis isentam de impostos apenas os templos e os prédios nacionais, argumentando que as casas construídas pelo bispo não se enquadram nessa isenção. Assim, o jornal defende que essas propriedades deveriam pagar impostos à cidade, contribuindo para o cofre da câmara municipal por meio de seus tributos.

Como já mencionado, a Fábrica era responsável por questões administrativas



relacionadas aos foros. Durante os anos analisados, há algumas referências à Fábrica, além das ocasiões em que se menciona os foros. Essas menções geralmente aparecem nas seções livres do jornal, em forma de aviso, sob o título “Fábrica da Matriz do Espírito Santo de Bauru”. Nessas notas, eram informadas cobranças de jóias, laudêmios e foros atrasados sobre os terrenos. O fabricante responsável durante grande parte do período analisado foi Nelson de Noronha Gustavo, que ocupou o cargo até 1915, quando foi sucedido por Manuel Antônio Granda (Bastos, 1996, p. 48).

### **A DEMOLIÇÃO À CONSTRUÇÃO DA NOVA MATRIZ**

Até a demolição da Capela do Espírito Santo, observa-se, em várias edições do jornal, críticas recorrentes não apenas à Igreja e ao bispo, como discutido anteriormente, mas, sobretudo, à relutância da instituição em permitir a derrubada da capela. A maioria das notícias relacionadas à capela e à nova matriz aparecem nas primeiras páginas do jornal, frequentemente dedicadas aos temas que o periódico considerava mais relevantes.

Já na primeira edição de 1911, publicada em 1º de janeiro, o artigo escrito por Nero, intitulado “A Offerta”, menciona o estado precário da capela, enfatizando que ela está prestes a desabar. Na mesma edição, na página 2, surge a seção “Nova Matriz” (Figura 2), uma coluna recorrente nos anos analisados, utilizada para abordar o progresso na construção da nova igreja. Nessa edição específica é mencionado que o bispo teria disponibilizado “50 contos” para auxiliar na construção, mas o jornal mantém um tom desconfiado, questionando a real intenção do bispo. Além disso, como ocorre em diversas edições, o jornal demonstra impaciência, ressaltando o desejo de que as obras comecem o mais rápido possível.

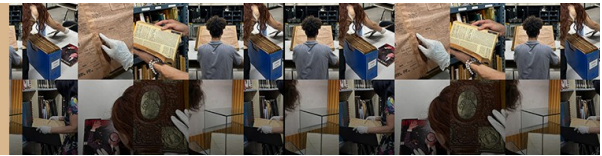
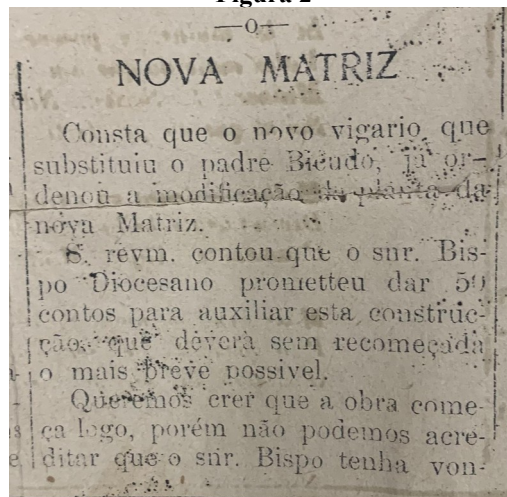


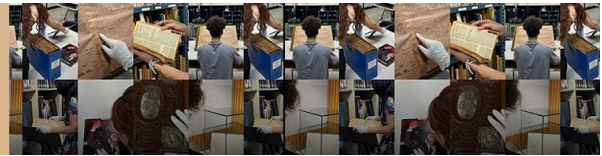
Figura 2



**Fonte:** Edição 181, 01/01/1911, p.1. Acervo do Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS). Foto da autora.

O jornal reforça sua desconfiança em relação às intenções do bispo na edição nº 183, ao noticiar que as obras da nova matriz seriam retomadas em breve. O periódico celebra a iniciativa do vigário local em nomear uma comissão para fiscalizar a construção, destacando a importância de maior transparência no processo. Contudo, antes mesmo do início das obras, o bispo envia uma carta ordenando a suspensão do projeto (*O Baurú*, 1911, p. 1). Em resposta, Nero critica duramente a atitude, acusando o bispo de impor sua vontade sobre o povo, e afirma que ela apenas fortalece as discussões sobre a possibilidade de desapropriação da capela pela Câmara Municipal.

Nas edições seguintes, o jornal não se limita a criticar a "capela em ruínas", mas também enfatiza planos de melhorias para a cidade, considerados essenciais para o progresso de Bauru. Entre os projetos frequentemente mencionados, destaca-se a criação de um jardim público, visto como um símbolo de avanço e modernização. Na edição nº 194, ao discutir a possibilidade de a Câmara Municipal obter um empréstimo, o jornal afirma, "será feito um jardim, desde já a Camra deveria intimar o sr. Bispo Diocesano mandar demolir aquella

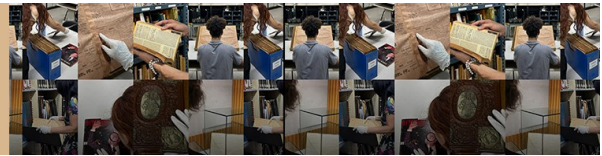


indecente Barraca que por deboche chamam de igreja” (*O Baurú*, 1911, p.1). Depois de inúmeras críticas e intimações veiculadas pelo jornal, no dia 20 de abril de 1911 na edição nº 197, o prefeito oficializou a demolição da capela.

De acordo com o discurso do jornal, a Câmara buscava encaminhar a situação de forma a obter o consentimento da Igreja para a demolição da capela. Para isso, considerava diferentes estratégias, como a oferta de dinheiro pelo edifício ou, conforme mencionado na edição nº 231, a compra de um prédio pela Câmara que seria demolido para dar lugar à construção da nova matriz.

Durante o ano de 1912, as menções à construção da matriz diminuem em comparação ao ano anterior, mas ainda podem ser encontradas algumas referências ao tema. Já em 1913, o jornal retoma com maior frequência a discussão sobre a capela, culminando na edição que noticia sua demolição. Na edição nº 298, informa-se aos leitores que o ajardinamento da praça, antes impedido pela presença da capela, será realizado em breve. No entanto, ainda no mesmo mês, na seção intitulada “Matriz”, é relatada a interrupção das obras da nova matriz devido a uma disputa entre o empreiteiro responsável e a Fábrica da Igreja. O jornal destaca que a construção será retomada, desde que “o sr. Bispo se comprometta a pagar 100 contos de réis pela obra terminada, e não 82 contos, conforme havia sido contractado” (*O Baurú*, 1913, p. 2). Também é mencionado que a entrega da obra estava prevista para ocorrer em treze meses, um detalhe relevante, considerando que a nova capela só seria concluída no final de 1915.

Nas edições seguintes, o jornal continua a destacar o jardim público, apresentando imagens de seu progresso e mencionando eventos da banda municipal no coreto recém-construído na praça, sempre ressaltando sua importância para o desenvolvimento da cidade. Na edição nº 308, na seção intitulada “Uma Campanha Nobre”, o periódico destaca o potencial de Bauru, afirmando que, como toda cidade, o crescimento inicial foi desordenado, mas que, inevitavelmente, com o tempo e a estabilidade, os problemas diminuem. No entanto, o jornal

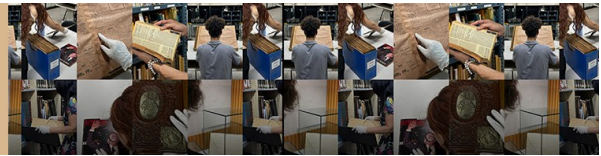


alerta que uma crise econômica pode surgir durante o processo de crescimento. Em seguida, sugere que Bauru, com seu grande potencial, deveria investir em áreas que sustentassem sua grande população, criticando que, em vez de:

[...] de uma cidade com jardins publicos, mercados, sanatorios, hospitaes, casas de tecelagens, confeitarias. perfumarias etc. uma cidade de vida carissima, não tendo nada feito pelos poderes publicos municipaes, gosando lá fora um nome muito pouco lisongeiro e se candidatando a ficar de braços cruzados, cedendo assim o terreno a outras localidades da zona, que a esta horajá deviam encontrar Baurú como un ceutro adeantadissimo, capaz de viver de seu proprio progresso e de suas riquezas distribuidas brilhantemente pelos varios ramos de sua população. (*O Baurú*, 1913, p. 1)

Após diversas edições dedicadas à capela, na edição nº 309, de 24 de agosto de 1913, o jornal publica em destaque o título “DEMOLIÇÃO DA IGREJA MATRIZ”. Nessa edição, o próprio periódico expressa cansaço, destacando que ele e outros jornais locais foram constantemente obrigados a abordar o mesmo tema. No entanto, o jornal acredita que essas publicações não resultaram em mudanças significativas. Mesmo com os consideráveis investimentos feitos na construção de uma nova sede paroquial, “o sr. D. Lucio construia o Gymansio Diocesano e reformava sua bella fazenda(...)” (*O Baurú*, 1913, p. 1). O jornal expressa frustração após diversas tentativas de negociação com a Igreja, evidenciando também a revolta do prefeito por não conseguir concluir o ajardinamento da praça devido à presença da capela. Com muitos detalhes, o periódico relata que, no dia 13 de agosto daquele ano: “um grupo dos mais exaltados praticou diversos arrombamentos na parede lateral da velha Igreja. No dia seguinte, visto que proveniente do estrago causado, as paredes ameaçavam ruinas imediatas, o prefeito officiou a Fabrica ordenando no prazo de 24 horas a demolição do predio” (*O Baurú*, 1913, p. 1)

De acordo com o relato de Nero, diante do fracasso das tentativas de conciliação com a Igreja, pareceu ser inevitável a adoção de uma medida mais drástica, que envolveu uma ação direta. Mesmo assim, o bispado não chegou a um acordo, e, na noite seguinte, um grupo de cerca de 200 pessoas retirou os santos e objetos sagrados, demolindo a velha igreja. Como afirmou

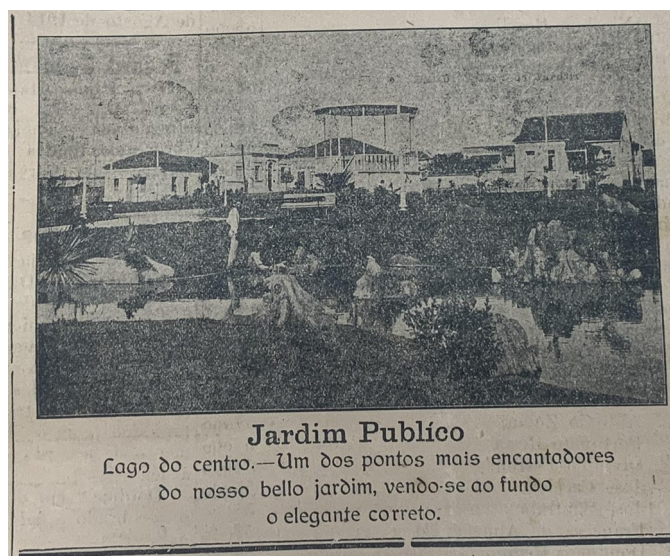
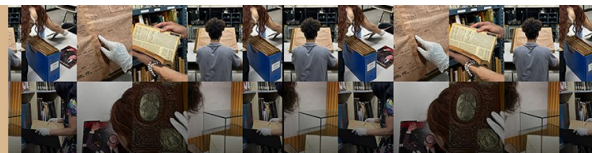


Barros, após esse evento, Dom Lúcio recomendou a reparação pela derrubada da igreja e emitiu um interdito, proibindo que padres exercessem os atos do Sagrado Ministério na paróquia de Bauru (Bastos, 1996, p. 68). No entanto, segundo o discurso contundente do jornal, o bispado, na realidade, “lançava sobre aquele povo infernal a eterna excomunhão”.

Na segunda página da mesma edição foi informado que duas manifestações ocorreram: uma por parte da Igreja, como forma de protesto, e outra por parte do povo, que apoiava a ordem de demolição da igreja. Ambas foram proibidas. Na edição seguinte, nº 310, o jornal continua a abordar a divisão gerada na cidade entre os que aprovam e os que não aprovam a demolição. Contudo, o periódico argumenta que esse assunto já deveria ser deixado de lado, pois está sendo tratado em nome do progresso da cidade. Convenientemente, após ter alcançado seu objetivo, o jornal afirma “o catholico não deve guardar odio e rancor, deve perdoar como fazia Christo e como fazem os livres pensadores.” (O Baurú, 1913, p. 1).

Em 1915, as edições passaram a focar mais na construção da nova matriz, com atualizações frequentes nas seções “Nova Matriz” sobre o andamento das obras. Já no início do ano, na edição nº 385, a primeira página destaca uma foto do Jardim Público (Figura 3), e, ao longo do ano, diversas edições ressaltam o progresso e a beleza do local.

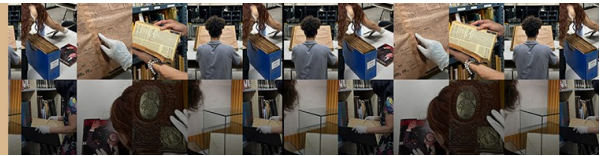
**Figura 3**



**Fonte:** Edição 385, 28/02/1915, p.1. Acervo do Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS). Foto da autora.

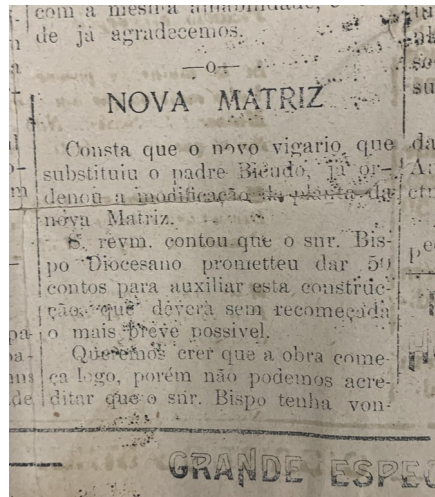
A mudança do fabricante para Antônio Gandra também é mencionada no jornal, que, em várias edições, anuncia o retorno da cobrança de foros pela fábrica. Além disso, o periódico publica informações sobre os leilões realizados com o objetivo de angariar fundos para a construção da nova matriz, detalhando a quantia arrecadada. Alguns desses leilões contavam com a participação da banda para atrair mais atenção, além de concertos realizados no Bijou Theatre, cujos ingressos seriam destinados à obra da matriz. Na edição nº 404, por exemplo, o jornal descreve minuciosamente o evento realizado no Bijou Theatre. A partir de determinado momento, a posição da Igreja em relação à construção da nova matriz deixa de ser mencionada nas edições do jornal, indicando uma possível mudança de foco na cobertura ou uma redução das controvérsias em torno do tema.

Na última edição de 1915, nº 438, a inauguração da nova matriz é mencionada na segunda página (Figura 4), em um espaço pequeno e sem destaque, o que chama atenção considerando o tratamento dado ao longo do tempo à construção da nova igreja. Durante toda a



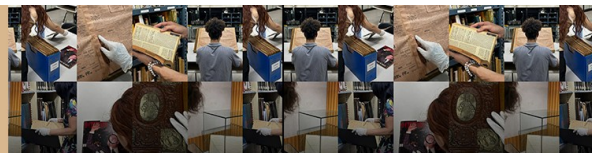
análise do jornal, foi evidente o grande conflito relacionado à derrubada da capela velha e à construção da nova matriz, sendo que a maioria das notícias sobre o tema apareciam na primeira página, frequentemente com grande destaque. No entanto, quando finalmente ocorre a inauguração da nova matriz, a notícia é relegada a um espaço secundário, simples e sem a ênfase que os acontecimentos anteriores receberam.

**Figura 4**



**Fonte:** Edição 428, 24/12/1915, p.1. Acervo do Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS). Foto da autora.

Esse contraste pode ser analisado criticamente como uma evidência de que o jornal, ao ver seus interesses atendidos - isto é, a conclusão da construção da nova matriz - perde o ímpeto de continuar cobrindo o tema. Além disso, o fato de que o ano seguinte, 1916, praticamente não apresenta menções à nova matriz e à igreja, exceto em algumas edições que abordam o jardim público, reforça a ideia de que, uma vez satisfeitos seus objetivos, o jornal considera a questão irrelevante para sua agenda editorial.

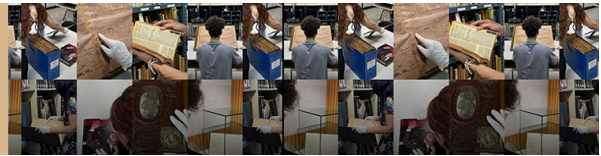


### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar o discurso do periódico *O Baurú* sobre a demolição da capela e sua posição em relação às terras pertencentes à Igreja na cidade de Bauru. Foram abordados os anos de 1911 a 1916, abrangendo o período desde a oficialização da necessidade de demolição da capela até sua reconstrução, com destaque para o fato de que o ano de 1916 não apresenta relatos sobre a nova matriz. A análise permitiu observar o empenho do jornal, não apenas em relação à retirada da Capela do Espírito Santo, mas também em sua postura crítica frente à Igreja Católica.

Sob a direção de Almerindo Cardelli, *O Baurú* adota uma postura republicana em seu discurso, posicionando-se como um mediador atento aos problemas enfrentados pela população e como um veículo de comunicação ideal para abordá-los. Segundo Célio Losnak (2017, p. 44), o jornal “constrói, pensa e transmite a realidade social ao leitor”, indicando o papel fundamental dos periódicos na formação da realidade social e na influência sobre as percepções e compreensões dos leitores.

A análise de *O Baurú* evidencia como a imprensa exerceu um papel crucial na formação da opinião pública e na mediação de conflitos sociais e territoriais em Bauru no início do século XX. Através de um discurso republicano e anticlerical, *O Baurú* não apenas relatou os eventos em torno das terras da Igreja e da demolição da Capela do Espírito Santo, mas também influenciou o processo de urbanização ao reforçar a necessidade de progresso e reorganização do espaço urbano. Além disso, é possível observar, a partir da fala do jornal, como o alto custo dos impostos e taxas cobrados pela Igreja, como a enfiteuse, gerava um crescente descontentamento na população de acordo com o periódico.



Assim, o jornal consolidou-se como um "quarto poder" local, articulando os anseios de uma população em busca de autonomia e modernidade frente às influências religiosas tradicionais. Este estudo contribui, portanto, para a compreensão das complexas relações entre Igreja, imprensa e sociedade no contexto histórico do interior paulista.

Conclui-se, assim, que o periódico *O Baurú* foi essencial para entender a distribuição de terras e o poder exercido pela Igreja na urbanização de Bauru. Suas páginas evidenciam o foco progressista e o discurso combativo do jornal em nome da população bauruense.

### FONTES

*O Baurú*, Bauru, 01 jan. 19011 – 31 dez. 1916. Núcleo de Pesquisa e História do UNISAGRADO "Gabriel Ruiz Pelegrina", Unisagrado/Bauru - SP.

### REFERÊNCIAS

BASTOS, I.A. **A violência na História de Bauru**. Bauru: EDUSC, 1996.

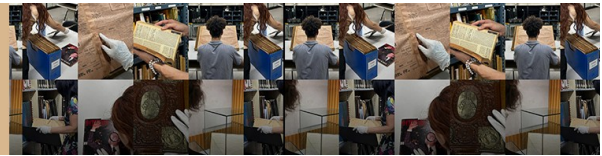
BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as condições para a posse e aquisição de terras no Brasil. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L0601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0601-1850.htm). Acesso em: 24 nov. 2024.

CRUZ, H. F; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, 2007. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221/1322> Acesso em: 01 out. 2024.

DOMINGUES, L.P; FERNANDES, E. **Fronteira Infinita: índios, bugreiros, escravos e pioneiros na Bahurú do século XIX**. Bauru, SP: Universo Elegante Cultural, 2018.



GHIRARDELLO, N. **Bauru em Temas Urbanos**. 1ed. Editora ANAP, Tupã/SP, 2020.

Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=ad\\_wDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-](https://books.google.com.br/books?id=ad_wDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)

[BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=ad_wDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>

Acesso em: 01 Out. de 2024.

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP. 2002.

LEITE, C. H. F. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os jornais como fontes e objeto de pesquisa histórica. **Escritas**, Tocantins, v. 7, n. 1, p. 3-17, 2015.

LOSNAK, C. J. Ferrovia e Imprensa: uma chave de leitura da produção impressa no tempo das ferrovias. In: LOSNAK, C.J.; VICENTE, M.M.. (Org.). **Imprensa & Sociedade Brasileira**. 1ed.São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, v. 1, p. 225-250.

LOSNAK, C.J. Do Partido Republicano Paulista ao Operário: personagens de um mesmo jornal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em:

[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364768732\\_ARQUIVO\\_DoPartidoRepublicanoPaulistaoOperario-Losnak.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364768732_ARQUIVO_DoPartidoRepublicanoPaulistaoOperario-Losnak.pdf) Acesso em: 01 out. 2024.

LOSNAK, C.J; PÁDUA, A.F. *A Notícia*, 1924-1930: jornalismo no interior e política local. **Revista Brasileira de História da Mídia**, local?, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em:

<https://ojs.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/6652/3813>. Acesso em: 01 de out. 2024.

LUCA, T. R. Fontes Impressas. In: Carla Bassanezi Pinsky (orgs.). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCA, T. R. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

NEVES, C. **No velho Bauru (crônicas do Bauru antigo)**. Bauru, SP, 1961.

SILVA, A. **Roteiro Histórico: uma cidade e uma instituição**. Bauru, Tipografia Comercial, 1957.